

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento a 12ª Edição da Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, composta por dezesseis artigos doutrinários que proporcionam ao leitor um excelente material acerca de temas jurídicos presentes na atualidade.

Como ressaltou Gilberto Freyre, sem um fim social o saber será a maior das futilidades, razão pela qual foram selecionados trabalhos que, ao mesmo tempo que despertam controvérsias no meio acadêmico, auxiliam profissionais do direito no aprimoramento técnico de matérias controvertidas em processos que tramitam no âmbito dos tribunais brasileiros e, em especial, na Justiça Federal.

Os trabalhos selecionados foram elaborados por integrantes das mais diversas profissões jurídicas, como juízes, advogados públicos e privados, servidores da Justiça e professores universitários. Muitas das abordagens trouxeram exemplos práticos decorrentes de problemas que surgiram no exercício profissional de cada um dos autores. É que, como ensina Confúcio, a essência do conhecimento consiste em aplicá-lo.

Da mesma forma, a pluralidade esteve presente na titulação acadêmica daqueles que contribuíram com a revista, abrangendo pós-doutores, doutores, mestres, pós-graduados e até mesmo graduandos, de diferentes unidades da Federação, afastando eventual regionalismo e proporcionando a visão de diferentes escolas jurídicas do Brasil.

Os trabalhos na seara do direito constitucional revelam pensamentos questionadores e problematizantes sobre a atuação judicial no controle difuso de constitucionalidade, inclusive com a análise do sistema jurídico português. Destaque, ainda, na seara do direito constitucional, para a abordagem acerca da eventual relação entre as competências constitucionais da Justiça Federal e a representatividade feminina nos Tribunais Regionais Federais.

No âmbito do processo civil existem diversos temas analisados, vez que o advento do Código de Processo Civil de 2015 exige uma releitura de antigos institutos e o constante aperfeiçoamento de mecanismos trazidos pelo novo diploma. Foram destaques as abordagens acerca da solução consensual de conflitos, da teoria dos precedentes, do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, do Incidente de Desconsideração da Pessoa Jurídica, bem como eventuais questionamentos, na fase de cumprimento de sentença, decorrentes da inconstitucionalidade superveniente ao trânsito em julgado.

Na área tributária são relevantes os trabalhos que versam sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de produtos de procedência estrangeira do estabelecimento importador em operação de revenda, a penhora de bens de empresas em recuperação judicial no procedimento de execução fiscal, bem como sobre o combate à desigualdade de renda através das políticas fiscais.

Na área de direito penal foram analisadas as temáticas relacionadas à utilização de empresas *offshore* para a lavagem de dinheiro, bem como algumas controvérsias relacionadas à competência da Justiça Federal em matéria de execução penal. Já no âmbito do direito civil houve interessante análise acerca da proteção dos direitos da personalidade na Alemanha, proporcionando interessantes reflexões sobre essa proteção no direito brasileiro.

Os artigos doutrinários aqui apresentados possuem muitas vezes caráter multidisciplinar, com menções a dados econômicos, sociológicos e históricos, sem perder, contudo, o enfoque jurídico e a necessidade de se construir uma jurisprudência íntegra, estável e coerente, especialmente em relação aos Tribunais Superiores.

Pernambuco tem sua história marcada por revoluções, muitas delas estimuladas pela disseminação de novas ideias em jornais e periódicos. Um grande exemplo foi o *Typhis Pernambucano*, jornal que Joaquim da Silva Rabelo, mais conhecido como Frei Caneca, fundou e dirigiu de 25 de dezembro de 1823 a 5 de agosto de 1824. “*Quem bebe da minha caneca tem sede de Liberdade*”, dizia Frei Caneca.

Sem qualquer pretensão revolucionária, a Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco pretende continuar a tradição local de disseminação de ideias através de periódicos, funcionando como fonte para aqueles que têm sede de conhecimento jurídico e tentando contribuir para o constante aperfeiçoamento das resoluções de conflitos no âmbito da Justiça Federal.

Merecem efusivos agradecimentos a Direção do Foro, o Diretor da Revista, os servidores e magistrados colaboradores, os autores dos trabalhos e toda a comunidade jurídica pela nova Edição da Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco.

Boa leitura a todos!

Rodrigo Vasconcelos Coêlho de Araújo
Juiz Federal da 35ª Vara/PE